

**Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Política Cultural de Niterói -
29-08-19**

Aos vinte e seis dias do mês de agosto de 2019 realizou-se reunião ordinária do Conselho Municipal de Política Cultural de Niterói no Auditório da Câmara Municipal de Niterói, localizado à Av. Ernani do Amaral Peixoto, 625 - Centro.

A reunião teve início às 19hs, após segunda chamada, com apresentação do Presidente Vitor Vogel sobre si e sobre a área de atuação do Conselho, devido à grande presença e participação de ouvintes. Após apresentação, o presidente elencou aos presentes quais seriam as pautas da noite que, segundo a ordem aprovada seriam: a discussão e aprovação do regimento da 5ª Conferência Municipal de Cultura (já convocada em diário oficial), modificações no sistema da Lei Municipal de Cultura (sugerida por Marcelo de Mattos, Titular da Setorial de Teatro e Circo) e por último, dentro dos assuntos gerais da reunião, foi solicitado pelo membro nato e Secretário Municipal das Culturas, Victor De Wolf, que fosse incluída a apresentação de um plano de implementação para a participação popular na gestão cultural da cidade.

Após apresentação dos pontos de pauta, o presidente do conselho, sugere a junção do primeiro ponto de pauta junto com o sugerido por Victor De Wolf e convida o mesmo a expor brevemente a ideia para saber se seria cabível a junção e encaminhar para aprovação pelo conselho. A sugestão, aprovada por todos, foi seguida de fala de Victor De Wolf, Secretário das Culturas de Niterói, em que cumprimentou e agradeceu a presença de todos, ressaltando se tratar de sua primeira vez diante do conselho na posição de Secretário das Culturas, o que na verdade era um fato inédito, a presença do secretário em uma reunião deste Conselho a não ser quando da posse da gestão do mesmo.

A fala de Victor teve início apontando os três pilares de sua gestão, sendo a primeira uma descentralização do eixo cultural da cidade, até então muito centrado na área centro-sul de Niterói, transferindo muitas ações para a zona norte da cidade, que será contemplada com um novo centro cultural cujo projeto para criação já está em andamento e deverá se localizar em uma casa localizada na Alameda São Boaventura. Em segundo lugar, em conjunto com a política de descentralização, um investimento de cerca de 11 milhões de reais em editais públicos de fomento aos artistas, dando oportunidades iguais aos artistas da cidade que há muito reclamam de ver as mesmas pessoas sendo chamadas para realizar os eventos públicos na cidade. Por último, a importância da participação popular e a criação de um departamento dentro da Secretaria Municipal de Cultura para lidar e desenvolver estratégias de articulação entre sociedade civil e poder público e aponta que os trabalhos já começaram a ser desenvolvidos e apresenta os novos conselheiros, designados pela secretaria, para ocupar as cadeiras titulares e suplentes até então vagas: da Subsecretaria Municipal de Cultura, a ser ocupada por Matheus Lima, que será também coordenador do Departamento de Participação Popular e Cristina Santos Ferreira, também do departamento; Alexandre Santini assume a vaga antes ocupada pelo Secretário como conselheiro titular da Fundação das Artes de Niterói; e Renato Almada, conselheiro titular da sociedade civil da setorial de Carnaval e Festas Populares, se licenciara e assumirá a titularidade na vaga da Subsecretaria Municipal de Planejamento Cultural cuja suplência será de Vinícius Coelho.

A respeito do projeto de participação popular, Victor, continuou apresentando Matheus Lima, que trabalhou anteriormente junto à secretaria de cultura da prefeitura de

Cabo Frio na implementação de um projeto semelhante e bem sucedido de participação popular, o que o fez ser convidado por Victor a assumir a coordenação desse novo departamento que trabalhará junto às setoriais deste conselho para implementação desse projeto, tendo como modelo o trabalho já realizado anteriormente em Cabo Frio.

A apresentação do projeto é interrompida momentaneamente pelo Presidente Vitor Vogel para convidar o vereador, conselheiro e presidente da comissão de cultura da Câmara de Vereadores de Niterói, Leonardo Giordano a compor a mesa junto com o Secretário das Culturas e o presidente deste conselho.

Retomando sua fala, Victor informa que a premissa do projeto de participação popular é estruturar aquilo que a lei do Sistema Municipal de Cultura já pressupunha e colocava como gestão pública de cultura sem a participação da sociedade civil. A ideia, portanto, é fortalecer as câmaras setoriais para que sejam de fato o instrumento de formulação das demandas e, conseqüentemente, das políticas públicas voltadas à área cultural na cidade, estimulando a população a que seja ativa e participante dentro das câmaras para atingir esse fim, mantendo constante diálogo entre sociedade civil e setor público. O secretário ressalta então a função do conselho e apresenta aos presentes sua função e aponta o esvaziamento do mesmo, principalmente por parte dos conselheiros do setor público, mas garante que o projeto e o diálogo está sendo feito para que todas as cadeiras sejam retomadas e se façam presente de agora em diante, apontando que sua função deliberativa e fiscalizadora do poder público não pode ser plena se a ativa participação de seus membros, enquanto as câmaras setoriais possuem a função específica de pensar e formular políticas para suas áreas de atuação, além de serem local de debate. A política de participação está sendo dividida em processos levando em consideração o período de um ano, considerando o tempo que a atual gestão ainda possui até a próxima eleição, levando em conta que ele possa ser implementado e fazer com que as câmaras setoriais estejam organizadas para debater com os próprios candidatos as políticas culturais do município. A previsão do projeto, portanto, é começar estimulando as câmaras setoriais a se organizarem e se fazer presente em suas discussões para entender as suas demandas e como colocá-las em curso, posteriormente se colocar de fora das mesmas, entendendo que elas são autônomas e livres para se organizar, porém, como algumas estão esvaziadas, o projeto prevê a articulação de seus agentes para que elas possam se organizar e estar presentes nas discussões e formulações dos planos para a cultura. O projeto, previsto para ocorrer de agosto de 2019 a setembro de 2020, tem por objetivo realizar 150 reuniões públicas com a sociedade civil com os 15 segmentos culturais com representação no conselho tendo uma reunião por mês de cada segmento nesse início, envolvendo cerca de ao menos 6 mil pessoas nessa mobilização. A estratégia busca envolver além dos conselheiros, artistas e demais membros da sociedade civil, como moradores interessados nas temáticas de cada setorial para construir um diálogo mais amplo, entendendo que as câmaras setoriais não devem ser compostas somente por artistas, utilizando-se da comunicação da secretaria para atrair estes agentes e explicar o que é o conselho de cultura o que são as câmaras setoriais e como se organizam, promovendo formações que atendam também os próprios conselheiros para que entendam melhor o funcionamento da máquina pública, que muitas vezes possuem muita boa vontade mas não entendem da burocracia estatal, prejudicando suas ações.

O secretário propõe, então, já sair da reunião com grande parte das reuniões com as setoriais já marcadas e que se passe a criar estratégias de comunicação juntamente aos

conselheiros para criar uma política de divulgação dessas atividades e aproveita para informar sobre um projeto que se utiliza do aplicativo *colab* da prefeitura, para receber indicações de livros para a aquisição de livros visando ampliar o acervo da Biblioteca Pública de Niterói, que carece de livros de autores locais, promovendo um teste de utilização das redes sociais na administração pública.

Terminada a apresentação, o presidente Vitor Vogel, propõe repensar o regimento e formato da V Conferência de Cultura, cuja aprovação de regimento era pauta prévia acordada, tendo em vista que a nova administração da cultura propõe uma nova gestão mais próxima da sociedade civil e está aberta a trabalhar conjuntamente, diferentemente da última gestão. Em dúvida a respeito das pautas apresentadas, Daniel Ruiz (conselheiro suplente da Câmara Setorial de Cadeia Criativa, Produção Cultural, Mercado Cultural e Moda), questiona se as reuniões das setoriais seriam modelos de pré-conferências, ao que Matheus Lima (Conselheiro titular da Sub-Secretaria Municipal de Cultura) esclarece que são coisas diferentes, e que o projeto que estava sendo apresentado é o de participação popular e que a discussão a respeito da conferência é outra coisa. Leonardo Giordano, vereador e titular da Câmara Municipal de Niterói, sugere portanto que o conselho delibere se concorda ou não com a política das reuniões apresentadas por De Wolf ou se opina de forma diferente, para depois ajustar as datas em conversa com cada setorial, Matheus Lima reforça que o que foi apresentado até o momento é somente uma forma de fortalecer o envolvimento da sociedade civil na construção de políticas públicas, a partir das câmaras setoriais e que a conferência faz parte desse processo, se tornando também uma ferramenta de empoderamento e ampliação da participação popular.

Marcelo de Mattos, conselheiro titular da Câmara Setorial de Teatro e Circo, afirma que o projeto apresentado está de acordo com o regimento, que prevê a marcação de reunião entre as setoriais e que portanto não há muito como se opor ao projeto e entende que as setoriais que se encontram mais “paradas” tendem a se mobilizar por conta do projeto proposto. Sem discordâncias então ao projeto apresentado, Vitor Vogel apresenta sua aprovação por unanimidade dos conselheiros presentes.

Abrindo a discussão do próximo ponto de pauta, a respeito do regimento da próxima Conferência Municipal de Cultura, o presidente apresenta a questão novamente afirmando que a nova administração da cultura está apostando no debate e na participação popular para construir sua política municipal de cultura diferentemente das gestões anteriores e que isso abre caminho para se pensar uma conferência ampliada, como um processo. Esse processo seria um passo à frente avalizado pela secretaria através do seu plano de participação popular, que significa repensar a política cultural da cidade de forma mais ampla e com alto grau de inserção da sociedade civil no debate. Abre então para os demais emitirem sua opinião a respeito da proposta ou para o secretário falar um pouco mais sobre o tema.

De Wolf, retomando a palavra, afirma que, ao convocarem a conferência, foi tomado o cuidado de não se publicar uma data, mas que seria para o segundo semestre do presente ano e que o regimento seria publicado e aprovado por comissão organizadora do conselho. A ideia, portanto, a partir do processo de implementação da participação popular, seria iniciar a conferência em um seminário a partir de uma reunião entre as Câmaras Setoriais analisando o período da gestão anterior para a cultura da cidade, iniciando em novembro, e que a partir desse modelo a conferência seja ampliada aos territórios e não seja feita somente por artistas e produtores e também pela população, realizando

pré-conferências em bairros com moradores e pontos de cultura, para que ao final desse processo, que duraria de novembro a março/abril, produzir diversos encontros territoriais e com as câmaras setoriais para produzir as políticas que todos gostariam de ver implementadas no Plano Municipal de Cultura. O processo teria fim em um grande encontro em um final de semana, aos moldes de conferências anteriores. A conferência já seria ampliada em relação à conferência passada, contando dessa vez com a participação de mais de 600 pessoas, porém, ao longo do processo de conferência, muito mais pessoas estariam envolvidas no planejamento das políticas públicas.

Vogel propõe que o que precisamos pensar desse processo é quando ele se iniciaria e terminaria, mas gostaria de ouvir os presentes a respeito do assunto e portanto abre para os conselheiros e cidadãos presentes à reunião para que deem suas opiniões sobre o tema.

Abertas as inscrições, Celso, dono de uma pequena editora niteroiense, se manifesta por ter prestado atenção às menções de autores niteroienses e afirma que em 3 anos lançou mais de 60 publicações com cerca de 11 ou mais autores niteroienses, agradece o convite por parte de Vitor Vogel para que estivesse presente nessa reunião e se coloca a disposição de participar desse processo com o conhecimento que vem adquirindo a respeito dos autores de Niterói que afirma ser um campo muito maior do que imaginava a princípio. Agradece mais uma vez o convite e reforça sua disponibilidade a participar e apoia a iniciativa apresentada até o momento.

Em seguida, Sidney, da Escola de Samba Garra de Ouro de Niterói, pede a palavra pra não falar de samba e sim da sua localidade, o Largo da Batalha. Afirma que a comunidade no local não possui local pra realizarem seu samba e que a praça do local que durante um tempo possuía uma lona cultural, mas está atualmente abandonada e gostaria de saber o que a secretaria de cultura poderia fazer pelo local. Na continuidade das inscrições, Alexandre Santini, diretor do Teatro Popular Oscar Niemeyer e agora conselheiro, afirma que o modelo apresentado de participação popular pela secretaria exige que de fato se repense o modelo de conferência de cultura que vai ser implementado, levando em consideração que uma conferência realizada somente entre os agentes culturais de Niterói já seria um excelente feito, mas que a mudança na política da secretaria sinalizada pela implementação de um projeto de participação popular significa a possibilidade de incorporar todo o conjunto da população nesse processo, pensando que a política de cultura não é voltada só ao artista e produtor, mas também os consumidores da cultura, moradores, leitores, ocupando espaços públicos para se debater a cultura na cidade e acredita que essa proposta amplia significativamente o alcance das políticas culturais nesse sentido. Felipe Carvalho, conselheiro titular da Câmara Setorial de Patrimônio Histórico Artístico e Cultural, corrobora com a fala de Santini, sente que é preciso uma série de pré-conferências e que é necessário descentralizar as atividades da cidade, concentradas no eixo centro-sul, levando a discussão também ao Largo da Batalha e que a discussão possa alcançar não só os que estiveram presentes hoje à reunião, mas também os que lá estão e que é preciso alcançar localidades mais distantes e escutar as demandas desses moradores utilizando também de outras formas de participação, engajando a população através das redes sociais, para que mesmo que elas não possam estar nos espaços de debate possam também contribuir e dar suas ideias. Ressalta também a importância de pensar em importantes pontos aglutinadores na cidade para pensar nessa estratégia. Marcelo de Mattos, titular da Câmara Setorial de Teatro e Circo, sugere primeiramente que na próxima reunião todos estejam sentados em roda para facilitar o

debate, afirma que gosta do formato de uma conferência alongada pois permite, como apresentado, que o processo se inicie pela população para depois chegar aos artistas e produtores, pensando a cultura em conjunto. Afirma também a importância de se pensar na transversalidade, em como as áreas diversas da cultura podem dialogar, pois muitas vezes o teatro é visto como aquele que rouba todos os recursos públicos para a área cultural, porém para a realização de uma peça muitas áreas podem dialogar e participar do processo e também acredita que não é necessário se prender ao final da conferência, em fevereiro/março, para se realizar as coisas, que a política pode ser pensada em etapas e iniciar seus passos mesmo antes do final do processo de conferência.

O presidente Vitor Vogel, retomando a palavra, afirma que a fala de Felipe foi precisa em notar que apenas três pré-conferências não seriam o suficiente para a realização da conferência levando em consideração o atraso nas políticas culturais da cidade e a quantidade de coisas a se pensar e que vivemos em uma sociedade sob uma das mais graves crises econômicas do país e isso afeta o campo cultural significativamente. Pensar a cultura, segundo Vogel, é pensar, portanto, o direito à vida, ao trabalho e à liberdade e que a presença do secretário das culturas em uma reunião do conselho não é um ato de humildade e sim um ato de sabedoria e uma chamada ao diálogo e à construção de uma democracia na gestão pública, não sendo somente uma forma de se pensar a cultura, e sim a política de modo mais amplo onde as demandas sejam atendidas não por pressão e sim por vocação da administração pública. Finaliza sua exposição propondo que se estabeleça uma nova comissão paritária (dois membros da sociedade civil e dois do poder público) para revisão e finalização da proposta de regimento que balize quem trabalha e consome a cultura na cidade.

Após a fala de Vitor, Carlos Xororó, presidente da Liga das Escolas de Samba de Niterói, afirma que a base da cultura do carnaval é a formação das pessoas, a formação dos sambistas nas bases. Fica triste em notar um problema recorrente que é o sambista formado não retornar às bases para formar novos em decorrência da falta de incentivos e do não reconhecimento da importância do que é o próprio carnaval e de como é forte em mobilizar uma enorme rede de pessoas que dependem dessa atividade pra sustentar suas famílias, de costureiras à aderecistas, que dependem, muitas vezes, de outras atividades para complementar suas rendas. Ressalta a importância da transversalidade, mencionada pelo Marcelo, pois existe uma gama de atividades que se encontram para a realização de um carnaval, vários deles presentes à reunião, fotografia, dança, música, teatro, entre outros e que há uma dificuldade e precisamos entender o carnaval como uma cultura e uma cultura abrangente em todos esses campos. Reafirma a dificuldade em se promover encontros devido à questões de segurança pública e que muitas vezes os espaços das comunidades não podem ser usados por eles em decorrência da violência urbana, e que não há outros espaços públicos disponíveis para construir e pensar suas atividades e deseja que o carnaval de Niterói seja administrado pela Secretaria de Cultura, o que acredita que melhoraria a situação. Expressa também seu desejo em entender como funciona o Conselho de Cultura e como ele pode atuar para trabalhar a respeito das questões que pontuou, para formar e trazer as pessoas pra próximo.

De Wolf, aproveita para iniciar suas respostas informando à Xororó que o espaço para levantar essas demandas e levantar esses questionamentos são as câmaras setoriais e que a estrutura que está sendo montada e chama atenção para que todos se atenham à pauta e as deliberações para depois entrarmos em assuntos e debates mais gerais. Vogel

aproveita e informa que está havendo o desligamento de Renato Almada como titular da Câmara Setorial de Carnaval e que a setorial precisará se reunir a fim de eleger um novo representante. Leonardo Giordano, em palavra de ordem, chama a atenção para a necessidade de se manter um certo pragmatismo a fim de reforçar o poder deliberativo do conselho, para que a oportunidade apresentada pelo poder público se torne de fato uma forma de empoderar este conselho.

Daniel Ruiz, retomando as inscrições, reafirma a necessidade de pensar pra quem é política cultural, que não é só para os artistas, para as câmaras setoriais ou pra quem vive diretamente da cultura, mas sim para todo munícipe de Niterói, como diz a legislação, e considera que a reunião cheia com a presença de muitos membros da sociedade civil para além das representações das câmaras setoriais é um bom sinal de mudança. Alerta, no entanto, de que precisamos cobrar que essa presença no poder público esteja continuamente presente independente do grupo político que estiver à frente da secretaria e aponta a ausência dos representantes das demais secretarias, com cadeiras neste conselho, que são essenciais para se pensar a conferência e propõe pensar um processo de educação do cidadão e para a cidade para envolvê-lo na tomada de decisões junto ao setor público. Finaliza sua fala perguntando se a intenção é aprovar o Plano Municipal de Cultura como está ou se o processo de realização da conferência prevê que sejam pensadas mudanças ao plano.

Dando sequência às falas, Julia, coordenadora do educativo da Biblioteca Parque de Niterói, fica feliz de estar presente, tendo recebido os convites em redes sociais que divulgavam a reunião do dia e se diz aberta a ouvir as propostas da nova secretaria para a Biblioteca Parque, recentemente municipalizada e com 62 mil livros em seu acervo e com capacidade para receber até 260 mil. Se mostra surpresa com a afirmação de que não temos autores niteroienses no acervo e se disponibiliza a conversar para mudar essa situação, porém afirma que eles possuem uma dificuldade muito grande para a aquisição de novos títulos, coisa que não realizam há três anos, tendo sido municipalizada há um e aos poucos vem retomando seu funcionamento pleno saída de um estado falido. Termina dizendo que essa escuta por parte da secretaria é fundamental e que veio dar o seu apoio.

Matheus Lima se mostra feliz por saber que Julia esteve presente a partir de convite recebido pelas redes e afirma que um dos pilares da política de participação é justamente trazer as pessoas para mais perto do conselho e que a divulgação das reuniões e dos eventos será muito importante e a comunicação da secretaria vai trabalhar junto com isso. Informa que foram enviados ofícios para representantes do poder público que tem cadeira no conselho a fim de trazê-los para o debate e para que também estejam presentes nas reuniões do conselho e mostra que hoje já temos, além do membro nato, os dois representantes da FAN, da Sub-secretaria da Cultura e da Sub-secretaria de Planejamento Cultural e esperam que essa sensibilização aos outros órgãos do poder público tenha frutos pois é fundamental. Respondendo a Xororó reforça a instrução de De Wolf de que o caminho para suas demandas é a Câmara Setorial e justamente por isso a política é de fortalecimento das câmaras para que se possa pensar as questões específicas de cada segmento. Voltando à pauta, percebe que há um movimento pela ampliação da conferência com ampla participação popular e que a proposta é a criação de um grupo de trabalho para criar e modificar o regimento interno da conferência e a possível convocação de uma reunião extraordinária para aprová-lo e pergunta se de fato é isso.

Vogel, retomando a palavra da presidência, reafirma sua proposta de participação do secretário no GT e se dispõe a participar, pergunta se Marcelo de Mattos tem interesse em fazer parte, recebendo confirmação do mesmo e por último confirmam o nome de Alexandre Santini, agora conselheiro titular da Fundação das Artes de Niterói. Fechados os nomes e aberto para deliberação, o presidente questiona se há alguma divergência em relação à constituição desse grupo e não havendo divergências o grupo é aprovado.

Em relação à convocação de uma reunião extraordinária para aprovação desse regimento é consenso entre os conselheiros de que não há pressa para fazê-lo e que pode ser convocada respeitando o avançar do processo.

Não havendo nenhuma questão mais para encaminhar sobre esse ponto, o presidente avança para o próximo ponto da pauta que é a discussão sobre uma modificação na Lei do Sistema Municipal de Cultura e como foi sugerida e apresentada por Marcelo de Mattos, o presidente solicita que o mesmo apresente a questão.

Com a palavra, Marcelo apresenta a dificuldade que atualmente se tem é a de que os conselheiros, também artistas e produtores, precisam trabalhar. Porém, na forma como está redigida a lei, é vetada a participação dos conselheiros com seus projetos nos editais de incentivo por serem a última instância de recursos de aprovação de projetos e que quando entrou no conselho já se fazia ciente desta limitação, mas, como o conselho é espaço para questionamentos, propõe pensar se é justa essa limitação ou se é válido pensar em alterações nesse sistema. Entende que há sempre o risco, ao se abrir a pauta para a discussão de uma lei na câmara, de que a lei seja modificada de forma negativamente pelos representantes da casa e gostaria de ouvir de Giordano, com experiência na questão, sobre quais seriam os prós e contras de se mexer na questão.

Leonardo Giordano, abrindo com um panorama sobre o assunto remonta ao histórico de aprovação do plano, demonstrando que outras leis similares, desenvolvidas por especialistas em suas áreas, foram totalmente adulterados tendo significativas partes cortadas devido aos grupos de interesse na câmara legislativa. Afirma, no entanto, que a experiência da cultura tem se mostrado vitoriosa pela construção de um processo de legitimidade por fora e por dentro da câmara construindo condições políticas mais propícias à aprovação do texto como redigido por especialistas e pela sociedade civil o que culminou com a lei sendo aprovada na íntegra sem nenhum ruído de interesse dos vereadores presentes. Tendo colocado esses pontos, acredita que é saudável a revisão da lei e que é natural que ela aconteça tendo em vista que foi aprovada, teve anos para funcionar e agora é possível vislumbrar os resultados e eficácia de sua aprovação e que, portanto, a revisão da lei é um processo orgânico. Informa que já havia convocado há três meses uma audiência pública para discutir se a sociedade queria ou não fazer modificações na lei, ironicamente sem saber que o assunto era discutido pelo conselho. A audiência foi aprovada com o intuito de fazer uma avaliação da lei de cultura em Niterói e que esse processo pode chegar à conclusão, após avaliação do conselho, de que mudanças devam ser realizadas na lei, no entanto, reforça sua fala inicial de que é preciso construir a ideia com parcimônia, tal qual realizado da aprovação da própria lei, para que sejam respeitados os anseios da sociedade civil, construindo o mesmo processo de legitimidade por fora para depois ir para dentro. Aproveita o momento para aconselhar os presentes a estarem presentes na audiência pública e debater a questão amplamente junto à sociedade civil de forma mais abrangente e legitimar por ali as mudanças.

Daniel Ruiz pede a palavra para fazer alguns apontamentos em relação ao que foi dito e concorda com Leonardo de que se for para fazer a revisão da lei, que ela seja feita contemplado-a como um todo e não apenas a questão da participação ou não de conselheiros nos editais públicos. Lembra que a função como conselheiro é discutir e fiscalizar a política cultural do município e que há na lei a proibição de participação de qualquer servidor público municipal em projetos em qualquer função, diferentemente do conselheiro, cuja participação não é vetada por completo e sim somente na propositura do projeto. Reforça que precisamos, se for para pensar mudanças na lei, pensá-la amplamente e não só em um ponto que beneficie apenas membros do conselho e que a lei foi redigida com participação do conselho e que deve ser discutida com a sociedade até para entender aonde a lei está chegando e que há várias instâncias do Plano Municipal de Cultura que não foram implementadas.

Em razão do avançar do horário e tendo alcançado o limite de duas horas para reunião do conselho, uma votação é aberta para prorrogar o tempo de reunião em mais trinta minutos, seguindo a instrução regimental. Aprovada a prorrogação a reunião segue.

Felipe Carvalho chama a atenção para o respeito ao direito de fala de todos, pedindo que seja estabelecido paridade nas falas e continua sua fala demonstrando preocupação em relação ao debate da lei, pois estamos próximos de ano eleitoral e o desgaste para tratar mudanças é sempre maior e a probabilidade de veto a questões que envolvam a pluralidade que a cultura contempla é sempre maior e que acredita que a questão da participação do conselheiro nos editais perpassa também por pensar o conselho com uma adesão maior, tendo em vista que essa questão afasta os artistas do conselho. Pede ao final que se debata a questão com cuidado para não prejudicar os artistas, produtores e fazedores de cultura do município.

O secretário das culturas, com a palavra, diz concordar com a proposição de Leonardo sobre o método para abordar a questão, garantindo uma estabilidade política e sobre as mudanças em si deve ser primeiro preservar o espírito da lei, que foi modificado pela procuradoria. O conselho deveria ser a última instância recursal, após uma sequência de outras instâncias que deveriam ser acionadas em caso de polêmica em editais e tal circunstância nunca veio a ocorrer. A proibição no caso não veio da lei e sim de uma decisão da procuradoria de que se o conselho é órgão recursal estaria proibido em participar e portanto não está no espírito da lei e não se refere a qualquer edital e sim os editais específicos que se enquadram na Lei Municipal de Cultura. Nesse caso acredita, que dado esse panorama, é válido revisar a lei para entender se de fato é válida essa proibição.

Daniel volta à questão dizendo que a discussão engloba o fato do conselho ser um dos orientadores à construção das políticas dos editais e que portanto pode estar aparelhado por campos políticos e deturpando suas funções, votando diretrizes que contemplem o edital que pretende participar, acredita, portanto, que a proibição não se deve à questão recursal.

Em última intervenção e partindo aos encaminhamentos, Vitor Vogel propõe que Marcelo, junto à Leonardo, discutam uma data para realização da Audiência Pública por ter sido proponente da pauta e se coloca de acordo com a problematização por ele apresentada e complementa dizendo que diferentemente do agente público, citado por Daniel, que é concursado, trabalha e recebe por sua função, a participação no conselho e a proibição de participação pública em editais impede o artista de exercer a sua função,

trabalhar e ser remunerado por isso e que, por isso, é obrigado a arranjar outras formas de compensação financeira que deturpam sua atividade primária. Acredita que estão aqui reunidos propondo e avançando na ideia de uma construção democrática e propõe que o conselho procure a câmara a fim de estruturar uma audiência sobre o tema em um debate sistêmico. Aberta votação sobre a convocação de uma audiência pública para discussão ampla sobre a Lei do Sistema Municipal de Cultura para se realizar um balanço sobre os anos de sua aplicação, é aprovada por unanimidade.

Atingindo o tempo limite da reunião e deliberados e discutidos todas as pautas, a mesma é declarada encerrada.

Vitor Vogel - Presidente

Lucas Jatobá - Secretário Executivo

Conselheiros titulares presentes: Nathalia Valdannini (Dança), Marcelo de Mattos (Teatro e Circo), Vitor Vogel (Artes Visuais), Victor De Wolf (Secretário Municipal das Culturas), Iolme Lugon (Música), Felipe Carvalho (Patrimônio Artístico e Cultural Material e Imaterial), Janaína Bernardes (Comunicação Social, Comunitária e Difusão Cultural e Cultura Digital), José Pantoja (Equipamentos Privados de Cultura), Igor Mendes (Arte e Culturas Urbanas), Matheus Lima (Subsecretaria Municipal das Culturas), Alexandre Santini (Fundação das Artes de Niterói), Leonardo Giordano (Câmara Municipal de Niterói), .

Conselheiros suplentes presentes: Daniel Ruiz (Câmara Setorial Cadeia Criativa, Produção Cultural, Mercado Cultural e Moda), Dilson de Lima Junior (NELTUR), Vinicius Coelho (Subsecretaria Municipal de Planejamento Cultural), Cristina Ferreira (Subsecretaria Municipal das Culturas).